

Ano 13, Vol XXIV, Núm 1, Jan-Jun, 2020, pág. 126-148.

PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS ACADÊMICOS INGRESSANTES NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS EXATAS E TECNOLOGIA / UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS EM 2018

Socioeconomic profile of academics entering undergraduate courses at the Institute of Exact Sciences and Technology / Federal University of Amazonas in 2018

Perfil socioeconómico de académicos que ingresan a cursos de pregrado en el Instituto de Ciencias Exactas y Tecnología / Universidad Federal de Amazonas en 2018

Alan Sérgio Mazzari
Nádia Maciel Falcão.
Ramon Fica Carrasco

Resumo: O estudo teve por objetivo analisar a partir das políticas públicas educacionais do Sistema de Seleção Unificada / Exame Nacional do Ensino Médio, Processo Seletivo Contínuo e Processo Seletivo para o Interior, o perfil socioeconômico dos estudantes ingressante no Instituto de Ciências Exatas e Tecnologia (ICET). Em busca da resposta ao objetivo proposto, foi realizada pesquisa e análise bibliográfica e documental. Em relação aos instrumentos utilizados para a coleta de dados, optou-se por um questionário com questões abertas e fechadas e, uma entrevista semiestruturada. Trata-se de um estudo de cunho explicativo e descritivo, caracterizada como um estudo de caso com abordagem quantitativo-qualitativa. Com os resultados do estudo, foi possível verificar que o perfil socioeconômico do ICET caracteriza-se por acadêmicos pardos, de 18 anos, com renda mensal da família de até 1 salário mínimo, natural de Itacoatiara e, oriundos do ensino básico público. A partir dos resultados obtidos, sem a comparação de resultados de outros estudos desenvolvidos no ICET antes da adoção das políticas educacionais, torna-se muito subjetivo concluir que estas políticas têm realmente proporcionado a democratização do acesso ao ensino superior público.

Palavras-chave: processos seletivos, democratização, políticas educacionais.

Abstract: The study had per objective to analyze from the public educational policies of the Unified Selection System / National High School Examination, Continuous Selection Process and Selection Process for the Interior, the socioeconomic profile of students entering the Institute of Exact Sciences and Technology (ICET). In search of the answer to the proposed objective, bibliographic and documentary research and analysis with open and closed questions. Regarding the instruments used for data collection, a questionnaire with open and closed questions and a semi-structured interview were chosen. It is an explanatory and descriptive study, characterized as a case study with a quantitative-qualitative approach. With the results of the study, it was possible to verify that the socioeconomic profile of ICET is characterized by brown academic, 18 years old, with monthly family income of up to 1 minimum wage, born in Itacoatiara and, coming from public basic education. From the results obtained, without comparing the results of other studies developed at ICET before the adoption of educational policies, it becomes very subjective to conclude that these policies have really provided the democratization of access to public higher education.

Keywords: Selection processes, democratization, educational policies.

Resumen: El estudio tuvo como objetivo analizar, desde las políticas públicas educativas del Sistema de Selección Unificado / Examen Nacional de Escuelas Secundarias, Proceso de Selección Continua y Proceso de Selección para el Interior, el perfil socioeconómico de los estudiantes que ingresan al Instituto de Ciencias Exactas y Tecnología (ICET). En busca de la respuesta al objetivo propuesto, se realizó una investigación y análisis bibliográfico y documental. Con respecto a los instrumentos utilizados para la recopilación de datos, se eligió un cuestionario con preguntas abiertas y cerradas y una entrevista semiestruturada. Es un estudio explicativo y descriptivo, caracterizado como un estudio de caso con un enfoque cuantitativo-cualitativo. Con los resultados del estudio, fue posible verificar que el perfil socioeconómico del ICET se caracteriza por académicos marrones, de 18 años, con un ingreso familiar mensual de hasta 1 salario mínimo, nacido en Itacoatiara y proveniente de la educación básica pública. A partir de los resultados obtenidos, sin comparar los resultados de otros estudios desarrollados en ICET antes de la adopción de políticas educativas, resulta muy subjetivo concluir que estas políticas realmente han proporcionado la democratización del acceso a la educación superior pública.

Palabras clave: procesos de selección, democratización, políticas educativas.

Introdução

A Universidade Federal do Amazonas (UFAM) é uma Instituição de Ensino Superior (IES) pública federal com sede na cidade de Manaus no estado do Amazonas e, tem como missão “cultivar o saber em todas as áreas do conhecimento por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, contribuindo para a formação de cidadãos e para o desenvolvimento da Amazônia” (BRASIL. UFAM, 2020b).

A UFAM é constituída atualmente por 23 unidades, entre institutos, faculdades e escola, sendo 18 unidades situadas na cidade de Manaus, a saber: Instituto de Ciências Biológicas (ICB), Instituto de Ciências Exatas (ICE), Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais (IFCHS), Instituto de Computação (ICOMP), Faculdade de Ciências Agrárias (FCA), Escola de Enfermagem de Manaus (EEM), Faculdade de Medicina (FM), Faculdade de Ciências Farmacêuticas (FCF), Faculdade de Odontologia (FAO), Faculdade de Direito (FD), Faculdade de Estudos Sociais (FES), Faculdade de Educação Física e Fisioterapia (FEFF), Faculdade de Educação (FACED), Faculdade de Tecnologia (FT), Faculdade de Psicologia (FAPSI), Faculdade de Informação e Comunicação (FIC), Faculdade de Artes (AARTES), Faculdade de Letras (FLET), e outras 5 unidades situadas no interior do estado, por meio dos centros universitários, a saber: Instituto de Natureza e Cultura (INC) em Benjamin Constant, Instituto de Saúde e Biotecnologia (ISB) em Coari, Instituto de Educação, Agricultura e Meio Ambiente (IEAA) em Humaitá, Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia (ICSEZ) em Parintins e, Instituto de Ciências Exatas e Tecnologia (ICET) em Itacoatiara (BRASIL. UFAM, 2020a).

A UFAM oferece atualmente 137 cursos de graduação, 81 cursos de pós-graduação *Stricto Sensu* creditados pela Capes: 59 cursos de mestrado e 22 cursos de doutorado, e ainda, aproximadamente 57 cursos de pós-graduação *Lato Sensu*. Reunindo entre esses cursos aproximadamente 22 mil estudantes. Desse total cursos, os centros universitários são responsáveis por 35 cursos de graduação e 1 curso de pós-graduação *Stricto Sensu* em nível de mestrado, reunindo entre seus cursos aproximadamente 8 mil estudantes (BRASIL. UFAM, 2019).

O ICET, por sua vez, conta com nove cursos de graduação, dos quais sete são na modalidade bacharelado (agronomia, engenharia de produção, engenharia de software,

engenharia sanitária, farmácia, química industrial e sistemas de informação), e dois, na modalidade de licenciatura (em ciências: química e biologia e em ciências matemática e física) e um curso de pós-graduação *Stricto Sensu* de mestrado em ciências e tecnologia para recursos amazônicos. O ICET tem aproximadamente 2.500 alunos matriculados, 135 professores e 46 técnicos administrativos em educação. E disponibiliza anualmente, sempre no segundo semestre, entre seus cursos de graduação, 450 vagas (225 vagas pelo Processo Seletivo para o Interior (PSI) e 225 vagas pelo Sistema de Seleção Unificada/Exame Nacional do Ensino Médio (SiSU/ENEM). Sendo disponibilizadas 50 vagas para cada um dos seus nove cursos de graduação (25 vagas por cada um dos dois processos seletivos) (BRASIL. ICET, 2020).

Ante ao exposto, este artigo faz parte da pesquisa de dissertação de mestrado, que teve como um dos seus objetivos específicos analisar a partir das políticas públicas educacionais do SiSU/ENEM, processo seletivo contínuo (PSC) e PSI, o perfil socioeconômico dos estudantes ingressante no ICET. Em busca da resposta do objetivo proposto foi realizado pesquisa e análise bibliográfica e documental. Para a coleta de dados com alunos da ICET, foi realizado um estudo de caso. Em relação aos instrumentos utilizados para a coleta de dados, optou-se pelo questionário com questões abertas e fechadas e uma entrevista semi-estruturada. Trata-se de uma pesquisa de cunho explicativo e descritivo, caracterizada como um estudo de caso com abordagem quantitativo-qualitativa, baseado no método do materialismo histórico dialético.

O universo da pesquisa foi 450 alunos selecionados e matriculados nos nove cursos de graduação do ICET a partir dos processos seletivos SiSU/ENEM, PSC e PSI realizados no ano de 2018. A amostra da pesquisa para o questionário socioeconômico foi de 207 acadêmicos, para isso, utilizou-se erro amostral de 5% e nível de confiança de 90% e, para a seleção da amostra foi utilizado à amostra probabilísticas do tipo amostras casuais estratificadas. Já a amostra da pesquisa para a entrevista foi 18 alunos, sendo dois de cada curso e, para a seleção da amostra foi utilizado à amostra não probabilísticas do tipo amostras do tipo intencional.

O questionário e a entrevista foram aplicados no primeiro semestre de 2019, após o projeto ser aprovado pelo comitê de ética em pesquisa da Universidade Federal do Amazonas – UFAM por meio da Plataforma Brasil.

Democracia

Em relação ao direito e democratização do acesso à educação superior, para Souza (2007, p. 64) o termo democracia “resultou em uma diversidade de sentidos, em falsos consensos e em uma ideia própria da palavra por cada indivíduo de acordo com o contexto vivenciado”.

A área educacional tem incorporado o termo democratização sendo utilizado como sinônimo de igualdade, direito, universalização equidade, inclusão ou mesmo expansão (Souza, 2007). Dessa maneira, em relação às Políticas Públicas de ampliação e democratização do acesso à educação superior brasileira, a palavra democracia apresenta diversos significados para cada indivíduo de acordo com a realidade que está inserida. No entanto, para Silva, Morais e Vargas (2015, p. 5) “apenas o aumento no número de vagas, sem garantir a permanência e a conclusão, gera uma massificação no ingresso sem a garantia de sucesso”.

A democratização do acesso a Educação Superior é entendida como a possibilidade de se aumentar o acesso de estudantes de classe social menos favorecida e de se garantir a incluso de membros de todas as classes sociais a bons cursos em IES de boa qualidade, já que a existência de talentos para cursá-los está distribuída entre as varias classes sociais e econômicas (Souza, 2007, p. 75).

Nessa perspectiva, verificou-se que apenas as políticas de acesso para inclusão de membros de todas as classes sociais não são suficientes para garantir a democracia, é necessário políticas de permanência e conclusão dos estudantes nos cursos de graduação da educação superior pública. Sobre isso, Barbosa (2012) comenta que o conjunto de ações afirmativas executado no sistema educacional pelas três esferas administrativas, tem o objetivo de contribuir para a redução das desigualdades educacionais por meio da participação de todos os cidadãos, assegurando a ampliação e o acesso a uma educação superior quantitativa e qualitativa.

A demanda pela formação profissional qualificada e pelo ensino de nível superior cresceu vertiginosamente com a busca elevada por parte dos jovens estudantes e de uma população fora da faixa de idade, devido a uma demanda reprimida que se acumulou por décadas. Diante de tamanha necessidade, o governo federal, principalmente, além dos governos estaduais e de alguns governos municipais que oferecem educação superior, passou a implementar e ampliar programas de democratização do acesso ao ensino universitário (Carmo, Chagas, Rocha e Figueiredo Filho, 2015, p. 18).

Perfil socioeconômico dos acadêmicos ingressantes nos cursos de graduação do ICET no ano de 2018

Quanto à distribuição por curso dos acadêmicos que colaboraram na pesquisa, na tabela 1 verificamos grande adesão dos acadêmicos dos cursos de Farmácia, Engenharia de Software e Ciências: Matemática e Física, em contrapartida, verificamos pequena adesão dos acadêmicos dos cursos de Química Industrial, Agronomia e Engenharia Sanitária.

Tabela 1 – Distribuição por curso dos acadêmicos que colaboraram na pesquisa.

Cursos	Participantes	
	N	%
Agronomia	19	9,2
Ciências: Química e Biologia	22	10,6
Ciências: Matemática e Física	30	14,5
Engenharia de Produção	24	11,6
Engenharia de Software	31	15,0
Engenharia Sanitária	07	3,4
Farmácia	33	15,9
Química Industrial	16	7,7
Sistema de Informação	25	12,1
Total	207	100,0

Fonte: Tabela elaborada pelo próprio pesquisador de acordo com os dados coletados através dos questionários da pesquisa

Com relação aos dados pessoais, verificamos um equilíbrio entre os sexos quanto ao total de participantes, no entanto, quando passamos a analisar o resultado por curso, verificamos que os cursos de Farmácia e Ciências: Química e Biologia apresentam maior incidência do sexo feminino, com 87,9% e 72,7% respectivamente, que os cursos de Engenharia de Software e Sistema de Informação apresentam maior incidência do sexo masculino, com 87,1% e 64% respectivamente, enquanto que, os outros cinco cursos apresentam resultados com pouca disparidade entre os sexos. Tais dados podem ser visualizados na tabela 2.

Tabela 2 – Sexo dos acadêmicos por curso.

Cursos	Sexo			
	Masculino		Feminino	
	n	%	n	%
Agronomia	10	52,6	09	47,4
Ciências: Química e Biologia	06	27,3	16	72,7
Ciências: Matemática e Física	17	56,7	13	43,3
Engenharia de Produção	12	50,0	12	50,0
Engenharia de Software	27	87,1	04	12,9
Engenharia Sanitária	04	57,1	03	42,9
Farmácia	04	12,1	29	87,9
Química Industrial	08	50,0	08	50,0
Sistema de Informação	16	64,0	09	36,0
Total	104	50,2	103	49,8

Fonte: Tabela elaborada pelo próprio pesquisador de acordo com os dados coletados através dos questionários da pesquisa.

Para Guerra (2020) sexo está relacionado às distinções anatômicas e biológicas entre homens e mulheres, como genitálias, aparelhos reprodutivos, seios, etc. Assim, temos pessoas do sexo feminino (com vagina/vulva), pessoas do sexo masculino (com pênis) e pessoas intersexuais (casos raros em que existem genitais ambíguos ou ausentes).

Vale ressaltar que o resultado da distribuição por sexo dos acadêmicos no ICET quando comparado com os dados do censo demográfico de 2010, em que 51,03% da população eram do sexo feminino e 48,97% eram do sexo masculino (IBGE, 2020) e, dados do Censo da Educação Superior 2010, onde 57% das matrículas em cursos de graduação no Brasil eram do sexo feminino e 43% eram do sexo masculino (INEP, 2011), apresenta inversão de valores. Observamos, ainda, que existem mais mulheres na população brasileira e nas matrículas em cursos de graduação no Brasil do que na população do ICET, em contrapartida, existem mais homens na população do ICET do que na população brasileira e nas matrículas em cursos superiores no Brasil.

Na tabela 3, quanto à cor, raça ou etnia, a grande maioria, 181 acadêmicos, se autodeclararam pardo (a). Para melhor entender o significado desse resultado, precisamos comparar os dados da população acadêmica do ICET com os dados do Plano Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2016 da região Norte, onde 72,3% da população se autodeclarou parda, 19,5% branca, 7,0% preta e 1,2% amarelos ou indígenas (IBGE, 2019). Verificamos também que o percentual de pardos, amarelos e indígenas é maior na população do ICET do que em comparação com a população da região Norte, em contrapartida, o percentual de brancos e negros é maior na população da região Norte do

que em comparação com a população do ICET. Provavelmente, esses resultados são reflexos das políticas públicas de inclusão adotadas no ICET nos últimos anos, mas essas políticas ainda não foram suficientes para reverter à situação preocupante dos negros e indígenas. Outro fator que pode estar relacionado com esses resultados deve-se ao fato da população branca de Itacoatiara e região optarem por outros cursos de graduação em IES públicas e privadas de outras cidades, principalmente Manaus.

Para Bezerra (2020) etnia determina as características de um grupo por seus aspectos socioculturais como tradições e linguagem. Enquanto que raça seria definida por critérios físicos ou biológicos para diferenciar os indivíduos como às características físicas.

Quanto à idade em que os acadêmicos ingressaram na universidade, no dia 15 de agosto de 2018, verificamos que 100 acadêmicos ingressaram com idade igual ou inferior a 18 anos, provavelmente, oriundos do terceiro ano do ensino médio, enquanto que outros 82 acadêmicos ingressaram com idade igual ou superior a 19 anos, provavelmente, por terem concluído o ensino médio tardiamente ou por não terem sido aprovados no primeiro ano após terem concluído o ensino médio (Tabela 3).

Tabela 3 – Perfil socioeconômico – dados pessoais.

Variável	n	%
Cor, raça ou etnia		
Branco (a)	17	8,2
Preto (a)	4	1,9
Pardo (a)	181	87,4
Indígena	2	1,0
Não responderam	3	1,5
Total	207	100,0
Idade em que ingressaram na Universidade		
Menos de 18 anos	23	11,1
18 anos	77	37,2
19 a 21 anos	50	24,1
22 a 24 anos	16	7,7
25 a 27 anos	7	3,4
28 a 30 anos	3	1,5
Mais de 30 anos	6	2,9
Não responderam	25	12,1
Total	207	100,0

Fonte: Tabela elaborada pelo próprio pesquisador de acordo com os dados coletados através dos questionários da pesquisa.

Na tabela 4, com relação às informações gerais da sua família, a maioria, 85 acadêmicos, possui renda mensal da família de até 01 salário mínimo. De acordo com dados do PNAD 2015, na região Norte, a média da renda mensal dos domicílios era de R\$ 2.433, ficando bem abaixo da média nacional que era de R\$ 3.186 (IBGE, 2016).

Nesse ano, o salário mínimo no Brasil era de 788,00 reais, fazendo com que a média da renda mensal dos domicílios da região Norte se enquadrasse no grupo de 03 a 04 salários mínimos utilizado neste estudo. Quando comparamos os dois resultados, observamos que a renda mensal das famílias de 80,2% dos acadêmicos do ICET encontrasse abaixo da média da renda mensal dos domicílios da região Norte. Provavelmente, esses resultados são reflexos das políticas públicas de inclusões adotadas no ICET nos últimos anos e do fato de a população com renda mensal igual ou superior a 03 salários mínimos optarem por outros cursos de graduação em IES públicas e privadas de outras cidades, principalmente Manaus.

Quanto à cidade que moravam antes de ingressar na universidade, 82 acadêmicos residiam em Itacoatiara, 51 acadêmicos residiam em três cidades do Amazonas, a saber, Parintins (26 acadêmicos), Manaus (14 acadêmicos) e Maués (11 acadêmicos), 38 acadêmicos residiam em outras cidades do Amazonas, outros 5 acadêmicos residiam em outros Estados do Brasil, como demonstrado com maiores detalhes na tabela 4.

Tabela 4 – Perfil socioeconômico – informações gerais da sua família.

Variável	n	%
Renda mensal da sua família (em salário mínimo)		
Até 1	85	41,1
De 1 a 2	60	29,0
De 2 a 3	21	10,1
De 3 a 4	15	7,2
De 4 a 5	5	2,4
Mais de 5	7	3,4
Nenhuma	7	3,4
Não responderam	7	3,4
Total	207	100,0
Cidade que ele morava antes de ingressar na Universidade		
Itacoatiara	82	39,6
Parintins	26	12,6
Manaus	14	6,8
Maués	11	5,3
Outras cidades do AM	38	18,3
Cidades de outros estados	5	2,4
Não responderam	31	15,0
Total	207	100,0

Fonte: Tabela elaborada pelo próprio pesquisador de acordo com os dados coletados através dos questionários da pesquisa.

Com relação às informações gerais do aluno, quando questionados sobre o tipo de escola em que concluíram o ensino fundamental, a grande maioria, 199 acadêmicos, informou que concluiu em escola pública. Resultados semelhantes foram observados, a

partir do questionamento feito aos estudantes sobre o tipo de escola em que concluíram o ensino médio. Para essa resposta, a grande maioria, 202 acadêmicos, informaram ter concluído em escola pública. Tais dados podem ser visualizados na tabela 5.

Tabela 5 – Perfil socioeconômico – informações gerais do aluno.

Variável	n	%
Tipo de escola em que concluiu o Ensino Fundamental		
Pública	199	96,1
Particular	8	3,9
Total	207	100,0
Tipo de escola em que concluiu o Ensino Fundamental		
Pública	202	97,6
Particular	5	2,4
Total	207	100,0
Processo seletivo que ingressou no Ensino Superior		
SiSU/ENEM	76	36,7
PSC	95	45,9
PSI	35	16,9
PSMV	1	0,5
Total	207	100
Aprovação dos modelos atuais de processo seletivo		
Sim	134	64,7
Não	9	4,3
Em partes	56	27,1
Não responderam	8	3,9
Total	207	100,0
Está satisfação com o seu curso		
Sim	188	90,8
Não	19	9,2
Total	207	100,0

Fonte: Tabela elaborada pelo próprio pesquisador de acordo com os dados coletados através dos questionários da pesquisa.

Vale destacar que o resultado da porcentagem de acadêmicos do ICET que concluiu o ensino fundamental e médio em escolas públicas vai de encontro com os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) de 2018 da região Norte, onde, com relação ao ensino fundamental, 94,30% dos

estudantes concluíram o 9º ano em escolas públicas e com relação ao ensino médio, 96,66% dos estudantes concluíram o 3º ou 4º ano em escolas públicas (INEP, 2019). Provavelmente esses resultados se devem ao fato de existir no município de Itacoatiara e demais municípios do interior do Amazonas quantidade maior de escolas públicas de ensino médio do que de escolas privada, e conseqüentemente, maior quantidade de estudantes. Esses resultados ainda podem estar relacionados às políticas públicas de inclusão adotada no ICET nos últimos anos e ao fato da população que concluiu o ensino médio em escolas privadas optar por outros cursos de graduação em IES públicas e privadas de outras cidades, principalmente Manaus (Tabela 5).

Quanto “por meio de qual processo seletivo se deu seu ingresso na graduação?”, 76 acadêmicos ingressaram pelo SiSU/ENEM, 95 acadêmicos pelo PSC, 35 acadêmicos pelo PSI e apenas 1 acadêmico pelo Processo Seletivo Macro Verão (PSMV), de acordo com a tabela 5. Observamos que esses resultados vão de encontro com as formas de ingresso adotadas pelo ICET para os cursos de graduação no ano de 2018 que foi 50% pelo SiSU/ENEM e 50% pelo PSC e as vagas remanescentes foram completadas pelo PSI e o PSMV.

Quando perguntado “você está de acordo com os modelos atuais de processo seletivo como forma de acesso a educação superior?”, a grande maioria, 134 acadêmicos, respondeu que sim. E ao serem questionados se estavam satisfeitos como o seu curso, novamente a grande maioria, 188 acadêmicos, responderam que sim (Tabela 5).

Na tabela 6, quando questionados sobre qual seria o curso que desejaria cursar após concluir o ensino médio, verificamos que apenas os acadêmicos de Agronomia apresentaram maior interesse em cursar o referido curso desde o ensino médio.

Tabela 6 – Curso que desejava ingressar quando terminou o ensino médio.

Cursos	Qual curso desejava cursar					
	Este		Outros		Não responderam	
	n	%	n	%	n	%
Agronomia	10	52,6	06	31,6	03	15,8
Ciências: Química e Biologia	02	9,1	17	77,3	03	13,6
Ciências: Matemática e Física	05	16,7	21	70,0	04	13,3
Engenharia de Produção	06	25,0	17	70,8	01	4,2
Engenharia de Software	13	41,9	17	54,8	01	3,3
Engenharia Sanitária	02	28,6	05	71,4	00	0,0
Farmácia	08	24,2	21	63,6	04	12,2
Química Industrial	03	18,7	11	68,8	02	12,5
Sistema de Informação	08	32,0	15	60,0	02	8,0
Total	57	27,5	130	62,8	20	9,7

Fonte: Tabela elaborada pelo próprio pesquisador de acordo com os dados coletados através dos questionários da pesquisa

Com base nas informações anteriores, verificamos que a maioria dos acadêmicos (62,8%) desejava ingressar em outro curso de graduação quando terminaram o ensino médio, mas por motivos diversos, acabaram optando por um dos nove cursos de graduação do ICET. No entanto, 90,8% desses acadêmicos estão satisfeitos com o seu curso.

Quando passamos a analisar o resultado geral dos outros cursos que os acadêmicos desejavam cursar ao terminarem o ensino médio, observamos na tabela 7 uma diversidade de 40 cursos de todas as áreas do conhecimento, com destaque para Direito e Medicina com 16 e 15 acadêmicos interessados respectivamente. Outro ponto que merece destaque é a quantidade de acadêmicos (14) cursando uma graduação no ICET, mas que, ao terminar o ensino médio deseja cursar outra graduação, que também é ofertada pelo ICET. Desses, 6 acadêmicos eram interessados em cursar Matemática e/ou Física, 5 acadêmicos eram interessados em cursar Química e/ou Biologia e outros 3 acadêmicos eram interessados em cursar Engenharia de Software.

Tabela 7 – Outros cursos desejados.

Cursos desejados	N
Direito	16
Medicina	15
Engenharia Civil	7
Psicologia	7
Ciências da Computação	7
Enfermagem	6
Medicina veterinária	6
Matemática e/ou Física	6
Fisioterapia	5
Administração	5
Química e/ou Biologia	5
Engenharia da Computação	4
Educação Física	4
Licenciatura em História	3
Engenharia de Software	3
Engenharia Naval	3
Contabilidade	2
Engenharia Mecânica	2
Pedagogia	2
Engenharia Elétrica	2
Biomedicina	1
Publicidade e propaganda	1
Teologia	1
Engenharia Elétrica	1
Designer Gráfico	1
Arquitetura e Urbanismo	1
Engenharia de Gás e Petróleo	1
Engenharia Aeronáutica	1

Engenharia Aeroespacial	1
Tecnologia da Informação	1
Estética	1
Engenharia Química	1
Diplomacia	1
Artes Visuais	1
Ciências Biológicas	1
Artes	1
Nutrição	1
Farmácia	1
Odontologia	1
Arquitetura	1
Total	130

Fonte: Tabela elaborada pelo próprio pesquisador de acordo com os dados coletados através dos questionários da pesquisa.

Quando questionados sobre a participação de alguma modalidade de auxílio e/ou bolsa de assistência estudantil oferecido pela UFAM e/ou governo federal, apenas 77 acadêmicos respondeu que tinham auxílio. Desses, a grande maioria, 43 acadêmicos, recebiam auxílio acadêmico. Tais dados podem ser visualizados na tabela 8.

Tabela 8 – Perfil socioeconômico – informações gerais do aluno.

Variável	n	%
Participa de alguma modalidade auxílio e/ou bolsa de assistência estudantil		
Sim	77	37,2
Não	130	62,8
Total	207	100,0
Distribuição dos auxílios e/ou bolsas de assistência estudantil.		
Auxílio acadêmico	43	55,8
Auxílio moradia	10	13,0
Auxílio acadêmico e moradia	20	26,0
Bolsa trabalho	2	2,6
Bolsa permanência	1	1,3
Não respondeu	1	1,3
Total	77	100,0
Nível de Satisfação com o auxílio e/ou bolsa de assistência estudantil		
Muito satisfeito	27	35,1
Satisfeito	36	46,7
Pouco satisfeito	9	11,7
Nada satisfeito	1	1,3
Não	2	2,6
Não responderam	2	2,6
Total	77	100

Importância do auxílio e/ou bolsa de assistência estudantil		
Essencial	38	49,4
Muito importante	38	49,4
Irrelevante	1	1,2
Total	77	100,0

Fonte: Tabela elaborada pelo próprio pesquisador de acordo com os dados coletados através dos questionários da pesquisa.

Na tabela 8, quando questionados a respeito da satisfação com o(s) auxílio(s) e/ou bolsa(s) que recebe, dos 77 acadêmicos, a maioria, 36 acadêmicos, respondeu estar satisfeito. Ainda relacionado à questão anterior, quando questionados sobre qual a importância desses auxílio(s) e/ou bolsa(s) na sua vida acadêmica, dos 77 acadêmicos, 38 acadêmicos, responderam ser essencial e outros 38 acadêmicos responderam muito importantes. Observamos que a quantidade de aproximadamente 420 auxílios e/ou bolsas de assistência estudantil disponibilizada aos acadêmicos do ICET por ano tem se mostrado insuficiente para suprir a necessidade de 41,1% dos acadêmicos com renda mensal da sua família igual ou inferior a 01 salário mínimo.

Quanto às informações sobre as políticas de cotas, 126 acadêmicos ingressaram nos cursos de graduação do ICET por meio de políticas de ação afirmativa de cotas, sendo que a maioria, 57 acadêmicos concorreu a vagas do PPL1. Desse total, 16 acadêmicos fizeram uso do acréscimo de bonificação para o interior (BI). Outra informação importante é que 81 acadêmicos concordam plenamente com os programas de cotas para afrodescendentes e indígenas nas universidades.

Na tabela 9, quando questionados sobre o preconceito étnico (por cor da pele ou Estado de origem) no Brasil, para a grande maioria, 105 acadêmicos, o preconceito ainda é muito forte e prevalente, mas está diminuindo.

Tabela 9 - Sobre o preconceito étnico no Brasil.

Resposta	N	%
Ainda são muito fortes e prevalentes, e não vão mudar.	53	25,6
Ainda são muito fortes e prevalentes, mas estão diminuindo.	105	50,7
Não é mais tão prevalente, o preconceito tem diminuído consideravelmente.	13	6,3
Não são mais tão prevalentes, mas ainda vai demorar muito tempo para diminuir.	25	12,0
Quase não há mais preconceito.	2	1,0
Não há preconceito.	4	2,0
Não responderam.	5	2,4

Fonte: Tabela elaborada pelo próprio pesquisador de acordo com os dados coletados através dos questionários da pesquisa.

Para saber a opinião dos 18 acadêmicos entrevistados com relação aos processos seletivos, procedeu-se, inicialmente, à pergunta “você considera os processos de seleção atuais utilizados pelo ICET como forma de acesso à educação superior justo para selecionar seus alunos? Justifique”. Constatamos que a grande maioria, 16 entrevistados, consideram justos os processos de seleção adotados atualmente pelo ICET como forma de acesso à educação superior. O trecho a seguir, ilustra a resposta obtida pelo Acadêmico E:

“Sim, eu acho que ele é um sistema bem válido e até agora acredito que não deu nenhum problema.”

Ainda nesse contexto, quando questionados sobre: “Qual processo seletivo você considera o mais democrático? Justifique”, a grande maioria, 12 entrevistados, responderam o “SiSU/ENEM”. O trecho a seguir, ilustra a resposta obtida pelo acadêmico A:

”o SiSU/ENEM, porque ele, abre várias portas para várias pessoas, não só para quem ainda está estudando, mas quem tem uma oportunidade e quer fazer de novo a faculdade. Ele [o aluno] pode se inscrever, conseguir a nota e entrar na faculdade”.

Em 2018, foram adotados no ICET três processos de seleção: PSC, SiSU/ENEM e PSI. Por meio do SiSU/ENEM estudantes de todo o território nacional podem concorrer a vagas em cursos de graduação de qualquer universidade federal. Por meio do PSC, estudantes cursando o ensino médio concorrem a vagas em cursos de graduação de todas as unidades acadêmicas da UFAM. Já por meio do PSI, estudantes que concluíram o ensino médio concorrem a vagas em cursos de graduação da UFAM nas unidades acadêmicas do interior. Esses três modelos seriam realmente justos se a qualidade do ensino básico fosse à mesma em todas as escolas públicas ou privadas do país, colocando, assim, todos os estudantes no mesmo patamar. Com isso, o que diferenciaria cada um dos estudantes seria a dedicação e o comprometimento durante o ensino básico.

Em seguida, os acadêmicos foram questionados: “você considera que a flexibilização e as mudanças nos processos seletivos têm solucionado o problema da desigualdade no acesso existente no modelo tradicional (vestibular)?”. Metade dos entrevistados coaduna com a ideia de que a flexibilização e as mudanças nos processos

seletivos têm solucionado o problema da desigualdade no acesso. O trecho a seguir, ilustra a resposta obtida pelos acadêmicos D e K respectivamente:

“Sim, principalmente na parte quando se trata de indígenas e negros, que a universidade passou a ser frequentadas por estas pessoas. Então, isso acabou diminuindo mais com que as pessoas achassem que eles não podiam fazer uma faculdade, ou que eles não tinham o direito de ser uma pessoa melhor.”

“Com certeza! Isso é notório dentro da academia. A gente vê pessoas oriundas de várias origens. Isso permite a diversidade, o contato com estas pessoas, o acesso é muito mais facilitado hoje em dia (...). Antigamente, a universidade era bastante elitizada, somente quem tinha um acesso a aporte financeiro, para ter acesso à educação de qualidade tinha acesso à universidade. Então, é positivo e espero que continue vigorando.”

Enquanto que a outra metade dos entrevistados coaduna com a ideia de que a flexibilização e as mudanças nos processos seletivos não têm solucionado o problema da desigualdade no acesso. O trecho a seguir, ilustra a resposta obtida pelo acadêmico P:

“Acho que não. A desigualdade, eu creio, está na educação do Brasil, ensino por zonas. Acho que no Sul, a educação é diferente na do Norte. Eu creio que é mais avançado do que a do Norte. Eu acho que a desigualdade ocorre na educação básica mesmo.”

Em 2007, o primeiro processo de seleção adotado pelo ICET para os seus cursos de graduação foi o PSMV (antigo vestibular) e no ano seguinte passou a adotar paralelamente o PSC. Em 2010, o PSMV foi substituído pelo SISU/ENEM, e em 2019, o PSC foi substituído pelo PSI (novo vestibular). No entanto, apesar de todas essas mudanças nos processos de seleção até 2012, todas as vagas ofertadas nos cursos de graduação do ICET eram por meio da ampla concorrência. Só após 2013, começaram a ser ofertadas vagas por meio da reserva de vagas. Essas mudanças nos processos de seleção têm ocorrido com a finalidade de solucionar o problema da desigualdade no acesso ao ensino superior público existente no modelo tradicional (vestibular). No entanto, para Gilioli (2016) quando os estudantes desfavorecidos são submetidos a condições similares de competição em relação a outros mais favorecidos, as desigualdades são tratadas de forma igual, com isso, tem-se o reforço das desigualdades previamente existentes. Para Hey (2009, p. 1) o SISU/ENEM “não democratiza o acesso e não muda a realidade brasileira, marcada pela desigualdade de oportunidades.” e para Alavarse (2011, p. 3) “o aluno pode tentar em 15 universidades, mas, pela qualidade da

educação que recebeu, não vai conseguir entrar para os cursos mais concorridos de nenhuma delas.”.

De acordo com Barros (2014) a mobilidade acadêmica é uma das bandeiras do ENEM. Essa mobilidade está relacionada ao fato do estudante poder escolher até duas opções de curso entre as vagas ofertadas pelas IES participantes do SiSU. Contudo, o que é mostrado como uma grande revolução no ensino superior brasileiro, na prática, revela uma situação ainda mais agressiva e desigual: os melhores alunos de todos os Estados ingressam nas melhores universidades do país, restando para os demais alunos, cursos distantes de casa ou cursos fora da sua preferência.

O acesso à graduação, nesse caso, está relacionado ao número de pontos obtidos no Enem e à quantidade de vagas que o curso da preferência do estudante possui. Ou seja, não muito diferente do que sempre foi visto no vestibular. Em outras palavras, a lógica do mercado presente nesse tipo de prova permanece na política atual do governo, pois os alunos que não tiveram um ensino voltado para esse tipo de seleção continuarão em condições menos favoráveis para ingressar no ensino superior (Barros, 2014, p. 1.083).

Dito isso, mudanças nos processos de seleção são importantes e necessárias, no entanto, é consenso entre os autores citados acima que tais mudanças não têm solucionado o problema da desigualdade e, conseqüentemente, da democratização do acesso ao ensino superior público. Ao contrário, notamos que essas mudanças, ocorridas nos últimos anos, têm transferido os problemas oriundos do modelo tradicional (vestibular) para os modelos atuais.

Ainda sobre este assunto, os acadêmicos foram questionados: “Qual seria a alternativa para diminuir a desigualdade no acesso ao ensino superior?”. As respostas para essa pergunta foram descritas em dois grupos: o grupo dos que coadunam com a ideia de que o problema está relacionado aos processos de seleção (08 acadêmicos). O trecho a seguir, ilustra a resposta obtida pelo acadêmico H:

“Bom (...) na questão das universidades eu vejo assim, que na questão da ampla concorrência e até a questão das cotas eu acho que seria bem relevante eles aumentarem a número de vagas para o acesso aos alunos à universidade, independente se são de cotas ou não.”

E o grupo dos que coadunam com a ideia de que o problema está relacionado a educação básica (08 acadêmicos). O trecho a seguir, ilustra a resposta obtida pelos acadêmicos I e L respectivamente:

“Melhorar o ensino básico, o ensino fundamental, começar pela base você chega num bom alicerce e se tiver um bom alicerce da para construir muitas coisas.”

“Tentar passar o mesmo ensino que é repassado em uma instituição privada, em uma instituição pública. No papel é uma coisa, mas na prática é uma coisa totalmente diferente.”

Diante das respostas, verificamos que para diminuir a desigualdade relacionada com o ensino básico, desde o ensino fundamental até o ensino médio, seria necessária a promoção de melhorias nas instituições de ensino básico público, trazendo como resultado a possibilidade dos estudantes do ensino público concorrerem em nível de igualdade com os estudantes do ensino privado aos melhores cursos, nas melhores universidades do Brasil. Verificamos ainda que para diminuir a desigualdade relacionada com os processos de seleção, seria necessário a promoção de melhorias na quantidade de processos de seleção e na oferta de vagas, ampla concorrência e/ou reserva de vagas, e com isso, fazer com que os estudantes do ensino público possam ter mais oportunidades de concorrer aos melhores cursos nas melhores universidades do Brasil.

Levando em consideração o preconceito de ordem étnica, fez-se, então, a seguinte pergunta aos acadêmicos: “No âmbito da sociedade em que você vive (reside, trabalha, estada etc.), você acredita que exista preconceito de ordem étnica?”. Todos os acadêmicos coadunam com esta ideia de que ainda exista preconceito. Verificamos a partir das entrevistas que o preconceito de ordem étnica ainda é uma realidade, que pode ou não estar diminuído nos últimos anos e que ainda vai se prolongar por muito tempo. O trecho a seguir, ilustra a resposta do acadêmico N:

“Sim. Acho que em todo lugar existe. Têm algumas pessoas que julgam mais pela cor outra pessoa, sem avaliar os aspectos sociais e etc., principalmente a inteligência. Hoje em dia, se não existisse preconceito, a inteligência levaria todo mundo ao mesmo patamar.”

Por último, levando em consideração se as Políticas Públicas Educativas de Cotas do SiSU/ENEM, PSC e PSI, adotadas pelo ICET, têm promovido o direito e a democratização do acesso ao ensino superior público da população em condições socioeconômico desfavorável, fez-se, então, a seguinte pergunta aos acadêmicos: “É possível observar os impactos proporcionados pelas políticas de ação afirmativa de cotas disponibilizadas pelos novos processos de seleção quanto à democratização do

acesso?”. As respostas foram descritas em dois grupos: o grupo dos acadêmicos que consideram os impactos positivos (10 acadêmicos). O trecho a seguir, ilustra a resposta dos acadêmicos G, J e O respectivamente:

“Acredito que as cotas auxiliam no ingresso à faculdade, pois é uma maneira de facilitar o ingresso no curso pretendido.”

“Sim, eu acredito que aqueles que entram pelas cotas, para mim, tinham que ser aqueles que têm dificuldade, tipo (...) as cotas tem que permanecer para uma determinada demanda de estudantes que não tem uma educação de qualidade, que estas vagas têm que ser ofertadas para eles.”

“Creio que sim, porque elas beneficiam aqueles que têm pouca renda, ou com outras etnias, negros e pardos, como é o meu caso.”

E o grupo dos acadêmicos que consideram os impactos não positivos (3 acadêmicos). O trecho a seguir, ilustra a resposta do acadêmico F:

“Em parte sim, mas em parte não também. as cotas, elas no [meu] ponto de vista influenciaram muito pra haver mais desigualdade na instituição, principalmente, no âmbito de iniciação ao ensino superior. Por exemplo, têm pessoas (...). Eu mesmo conheço pessoas, que tem um jeito assim de levar isso muito à divisão de pessoas, por exemplo, divisão social. A minha namorada mesmo, ela nunca usou a política de cotas, porque ela acha isso errado. Então, ela acredita que qualquer pessoa, qualquer aluno tem nível de escolaridade diferente, mas isso não significa que ela seja inferior às outras, então uma política de cotas não vai definir uma pessoa.”

Com base nos seguintes resultados obtidos do questionário socioeconômicos, onde 87,4% dos entrevistados se autodeclararam pardo, 41,1% dos entrevistados possuem renda mensal da sua família de até 01 salário mínimo, 97,6% dos entrevistados concluíram o ensino médio em escolas públicas, 60,9% dos entrevistados ingressaram por meio de políticas de ação afirmativa de cotas da instituição, 45,7% dos acadêmicos fizeram uso do acréscimo de bonificação para o interior (BI) e 61,8% dos acadêmicos concordam totalmente ou em partes com os programas de cotas para afrodescendentes e indígenas nas universidades, poderíamos afirmar que as políticas de ação afirmativa de cotas disponibilizadas pelos processos de seleção adotados pelo ICET nos últimos anos têm proporcionado a democratização do acesso ao ensino superior público. No entanto, para que essa afirmação se torne realmente verdadeira, seria necessário comparar os resultados deste trabalho com resultados obtidos antes do ICET ter adotado as políticas

de ação afirmativa de cotas. Sem essa comparação, afirmar que as políticas de ação afirmativa de cotas têm proporcionado a democratização do acesso ao ensino superior público se torna muito subjetivo, pois o perfil dos acadêmicos obtidos neste estudo pode ser semelhante ao perfil dos acadêmicos desde a criação do ICET. Outro ponto que pode estar refletindo nos resultados obtidos neste trabalho se deve ao fato de que a maioria dos estudantes que concluem o ensino médio na única escola privada do município e uma parcela dos estudantes que concluem o ensino médio nas escolas públicas do município opta por outros cursos de graduação em IES públicas e privadas de outras cidades, principalmente Manaus.

Para Lopes (2006) “tratar de maneira diferenciada um grupo que teve menos oportunidades é uma tentativa de diminuir essas desigualdades, restituindo direitos há muitos negados.”. Nesse sentido, enquanto que as ações afirmativas segundo Toubia e Lima (2015, p. 121) “têm como premissa diminuir ou erradicar práticas discriminatórias a uma parcela marginalizada da população, fazendo parte de uma política estatal de caráter compensatório, com a finalidade de contrabalançar desigualdades.”, para Halbritter, porém, (2005, p. 4) “há que se considerar a ineficiência do sistema de cotas para solucionar as causas desta desigualdade. O problema educacional maior no país é relativo ao ensino fundamental e ao ensino médio, tanto em termos quantitativos como qualitativos”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo analisar o perfil socioeconômico dos estudantes ingressante no ICET por meio das políticas públicas educacionais do SiSU/ENEM, PSC e PSI. Observamos que as cotas são políticas públicas educacionais de ações afirmativas voltadas ao acesso à educação superior pública dos grupos sociais mais desfavorecidos ou discriminados que tem o propósito de combater a desigualdade e discriminação. As ações afirmativas, de acordo com Gomes (2001), podem ser definidas como um conjunto de políticas públicas de caráter compulsório, concebidas com vistas ao combate à discriminação, bem como para corrigir ou diminuir os efeitos presentes da discriminação praticada no passado, tendo por objetivo a concretização do ideal de efetiva igualdade de acesso a bens fundamentais como a educação.

Com base nos resultados dos questionários, verificamos que 87,4% dos acadêmicos se autodeclararam pardo, 41,1% dos acadêmicos possuem renda mensal da sua família de até 01 salário mínimo, 97,6% dos acadêmicos concluíram o ensino médio em escolas públicas, 60,9% dos acadêmicos ingressaram por meio de políticas de ação afirmativa de cotas da instituição, 45,7% dos acadêmicos fizeram uso do acréscimo de bonificação para o interior (BI) e 61,8% dos acadêmicos concordam totalmente ou em partes com os programas de cotas para afrodescendentes e indígenas nas universidades.

Em síntese, verificamos que:

- a) 50,2% dos acadêmicos pertencem ao sexo masculino;
- b) 37,7% dos acadêmicos ingressaram na universidade com 18 anos;
- c) 39,6% dos acadêmicos residiam em Itacoatiara antes de ingressar na Universidade;
- d) 90,8% dos acadêmicos estão satisfeitos com seu curso;
- e) 62,8% dos acadêmicos não participam de modalidades de auxílio e/ou bolsa de assistência estudantil;
- f) 46,7% dos acadêmicos que participam de modalidades de auxílio e/ou bolsa de assistência estudantil, estão satisfeitos com o valor que recebem;
- g) 49,4% dos acadêmicos que participam de modalidades de auxílio e/ou bolsa de assistência estudantil, consideram essencial, e outros 49,4% muito importante o valor que recebem;
- h) 45,2% dos acadêmicos concorreram à categoria PPL1 de reserva de vagas;
- i) Para 50,7% dos acadêmicos o preconceito no Brasil é muito forte e prevalente, mas está diminuindo.

Com base nos resultados das entrevistas, verificamos que 88,9% dos acadêmicos consideram os processos de seleção atuais utilizados pelo ICET como forma de acesso à educação superior justos para selecionar seus alunos e 66,7% dos acadêmicos consideram o SiSU/ENEM como o processo seletivo mais democrático. Verificamos também que 50% dos acadêmicos consideram que a flexibilização e as mudanças nos processos seletivos têm solucionado o problema da desigualdade no acesso existente no modelo tradicional (vestibular). Verificamos ainda que 44,5% dos acadêmicos consideram que a alternativa para diminuir a desigualdade está relacionada com o ensino básico, enquanto que outros 44,5% dos acadêmicos consideram que a alternativa

está relacionada com os processos de seleção, para 100% dos acadêmicos ainda existe preconceito de ordem étnica no âmbito da sociedade em que vive (reside, trabalha, estada etc.) e 55,5% dos acadêmicos consideram positivos os impactos proporcionados pelas políticas de ação afirmativa de cotas disponibilizadas pelos novos processos de seleção quanto à democratização do acesso.

Com base nesses resultados, sem a comparação de resultados de outros estudos desenvolvidos no ICET antes da adoção das políticas de ação afirmativa de cotas, torna-se muito subjetivo afirmar que estas políticas têm realmente proporcionado a democratização do acesso ao ensino superior público. Isso se deve ao fato da possibilidade do perfil dos acadêmicos obtidos neste estudo serem semelhante ao perfil dos acadêmicos desde a criação do ICET. Outro ponto que pode estar refletindo nos resultados obtidos neste trabalho se deve ao fato de que a maioria dos estudantes que concluem o ensino médio na escola privada do município e uma parcela dos estudantes que concluem o ensino médio nas escolas públicas do município optar por outros cursos de graduação em IES públicas e privadas de outras cidades, principalmente Manaus.

Referencias

ALAVARSE, O. “O Enem não democratizou o acesso ao ensino superior”. Revista ISTOÉ: 2011. Disponível em:

https://istoe.com.br/168216_O+ENEM+NAO+DEMOCRATIZOU+O+ACESSO+AO+ENSINO+SUPERIOR+/. Acesso em: 23 de julho de 2019.

BARBOSA, M. G. L. B. **As Políticas Educacionais da Secretaria Estadual de Educação do Estado de Rondônia (1998-2010)**. 2012. 122f. Dissertação (Mestrado em Educação). Departamento de Ciências da Educação. Núcleo de Ciências da Educação. Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho: UFRO, 2012.

BARROS, A. S. X. **Vestibular e Enem**: um debate contemporâneo. Ensaio: Aval. Pol. Públ. Educ. Rio de Janeiro, v. 22, n. 85, p. 1057-1090, out./dez. 2014.

BEZERRA, J. **Raça e Etnia**. Diferença: descubra as diferenças e semelhanças. Disponível em: <https://www.diferenca.com/raça-e-etnia/>. Acesso em: 11 de abril de 2020.

BRASIL. ICET. **Ensino**. Disponível em <http://www.icet.ufam.edu.br/>. Acesso em: 09 de abril de 2020.

BRASIL. UFAM. **Cursos**. Disponível em <https://ufam.edu.br/>. Acesso em: 09 de abril de 2020a.

BRASIL. UFAM. **Sobre: Missão**. Disponível em <https://ufam.edu.br/sobre.html>. Acesso em: 09 de abril de 2020b.

BRASIL. UFAM. **Unidades Acadêmicas**. Disponível em <https://ufam.edu.br/unidades-academicas.html>. Acesso em: 16 de agosto de 2019.

CARMO, E. F., CHAGAS, J. A. S., ROCHA, E. C., FIGUEIREDO FILHO, D. B. **Discutindo as Políticas Públicas de Acesso ao Ensino Superior**. Revista Educação, v. 10. n. 1. 2015.

GUERRA, L. A. **Sexo, gênero e sexualidade**. Info escola: navegando e aprendendo. Disponível em: <https://www.infoescola.com/sociologia/sexo-genero-e-sexualidade/>. Acesso em: 11 de abril de 2020.

GILIOLI, R. S. P. **Evasão em instituições federais de ensino superior no Brasil: expansão da rede, SISU e desafios**. Consultoria Legislativa. Câmara dos Deputados. Estudo Técnico. Maio de 2016. Disponível em: <file:///C:/Users/user/Desktop/Publica%C3%A7%C3%B5es/Material%20utilizados/Gilioli.pdf>. Acesso em: 27 de junho de 2019.

HALBRITTER, L. A. L. **O Sistema de Cotas Raciais como Ação Afirmativa no Direito Brasileiro**. Revista da EMERJ, Rio de Janeiro, v. 8, n. 31, p. 104-123. Jul./set. 2005.

Hey, A. P. **Professora da USP questiona Enem como forma de democratização do acesso à universidade**. Agencia de Notícias. UFMG: 2009. Disponível em: <https://www.ufmg.br/online/arquivos/013510.shtml>. Acesso em: 23 de junho de 2019.

IBGE. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios: síntese de indicadores 2015**. Coordenação de Trabalho e Rendimento. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98887.pdf>. Acesso em: 27 de junho de 2019.

IBGE. **PNAD 2016: população idosa cresce 16,0% frente a 2012 e chega a 29,6 milhões**. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/18263-pnad-2016-populacao-idosa-cresce-16-0-frente-a-2012-e-chega-a-29-6-milhoes>. Acesso em: 27 de junho de 2019.

IBGE. **População: distribuição da população por sexo**. Disponível em: <https://brasilemsintese.ibge.gov.br/populacao/distribuicao-da-populacao-por-sexo.html>. Acesso em: 09 de abril de 2020.

INEP. **Censo da Educação Superior 2010:** divulgação dos principais resultados do Censo da Educação Superior 2010. Brasil: INEP, 2011. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2010/divulgacao_censo_2010.pdf. Acesso em: 21 de junho de 2019.

INEP. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2018.** Brasília: INEP, 2019. Disponível em: <http://inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>. Acesso em: 21 de junho de 2019.

Lopes, C. **Cotas raciais: Por que sim?** / uma publicação Ibase; [organização Cristina Lopes]. - 2. ed. - Rio de Janeiro: Ibase: Observatório da Cidadania. 2006.

SILVA, A. G. da, MORAIS, A. R., VARGAS, H, M. **Políticas Públicas de Acesso e Permanência no Ensino Superior:** Trajetórias Universitárias de Estudantes da Favela da Maré/RJ. II CONEDU: Congresso Nacional de Educação. 2015.

SOUZA, J. A. de. **Políticas de acesso a educação superior:** flexibilização e democratização do ingresso na universidade. 2007. 239f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia: UFU, 2007.

Recebido: 20/5/2020. Aceito: 7/6/2020.

Sobre autores e contato

Alan Sérgio Mazzari - Mestrando em Educação Universitária pela Universidade Nacional de Rosario - Argentina, Desde 2010 é Professor efetivo da Universidade Federal do Amazonas - (UFAM) desde 2010, Itacoatiara, Amazonas, Brasil, <https://orcid.org/0000-0001-7187-7377>
E-mail:asmazzari@ufam.edu.br

Nádia Maciel Falcão -Doutora em Educação (2014) pela Universidade Federal Fluminense (UFF), Rio de Janeiro. Desde 2005 é Professora efetiva da UFAM, Manaus. Professora e orientadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFAM, Manaus. <https://orcid.org/0000-0002-3196-0341>.
E-mail: falcao.nadia@gmail.com

Ramon Fica Carrasco - Professor efetivo da UNR - Universidade Nacional de Rosario, Argentina. Professor e orientador do Programa de Pós- Graduação em Educação Universitária da UNR, Argentina.
E-mail:ramonfica@gmail.com.